



Relação entre *cyberbullying* e comportamentos de disciplina utilizados pelos pais

Relationship between Cyberbullying and Disciplinary Behavior Used by Parents

Jonatã Silva de Oliveira (orcid.org/0000-0002-4433-3638)¹

Bruno Felipe Prado Santos (orcid.org/0000-0001-8069-7853)²

Sabrina Mazo D’Affonseca (orcid.org/0000-0001-9103-0616)³

Resumo

A presente pesquisa objetivou identificar se as práticas disciplinares e o conhecimento sobre mídias sociais dos pais podem ser fatores que influenciam a probabilidade de envolvimento e vitimização com esse tipo de violência. Participaram 11 estudantes com idade variando entre 10 e 17 anos ($M=13,32$, $DP= 2,04$) e um de seus respectivos responsáveis. Foi aplicado o Inventário de Dimensões de Disciplina (versão dos pais e das crianças), o questionário sobre o conhecimento a respeito de mídias sociais para os pais/cuidadores e a Escala de Cyberbullying e a Escala de Vitimização por dispositivos móveis e internet nos estudantes. Os resultados indicaram uma correlação significativamente positiva entre práticas punitivas (agressão psicológica e punição corporal) com agressão e vitimização de *cyberbullying* e uma correlação significativa e negativa entre conversa aberta sobre o uso da internet pelos pais e o desconforto das crianças após o uso desta.

Palavras-chave: *Cyberbullying*. Estilos parentais. Mídias sociais.

Abstract

The present research aims to identify if the disciplinary practices and parents’ knowledge about social media can be factors that influence the involvement and victimization with this type of violence. The study was carried out with 11 students aged 10 to 17 years ($M = 13.32$, $SD = 2.04$) and one of their respective parents. The Discipline Dimensions Inventory (parents’ and children’s version) was applied, a questionnaire on knowledge about social media for parents /caregivers and the Cyberaggression scale and the Scale of victimization by mobile devices and internet on students. The results indicated a significantly positive correlation between punitive practices (psychological aggression and corporal punishment) with aggression and victimization of cyberbullying and a significant and negative correlation between open talk about the use of the internet by parents and the discomfort of children after using it.

¹ Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil. E-mail: jonatasopsico@gmail.com.

² Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil. E-mail: brunopradoaquila@gmail.com.

³ Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil. E-mail: samazo@hotmail.com.

Keywords: Cyberbullying. Parenting styles. Social media.

Uma das formas de agressão que está conquistando cada vez mais a atenção do público em geral e dos pesquisadores é o *cyberbullying*, que é comumente definido como uma agressão intencional e repetida por meio do contexto eletrônico (seja por redes sociais, mensagens de texto, e-mails, blogs, entre outros), desferidas contra uma pessoa a qual dificilmente consegue evitá-las ou se defender facilmente (Kowalski, Schroeder, Giumetti, & Lattanner, 2014). Entretanto, avaliar a prevalência do *cyberbullying* provou ser complicada por haver pouco consenso na operacionalização dos parâmetros de como esse fenômeno ocorre (Olweus, 2013; Smith, Del Barrio, & Tokunaga, 2012; Ybarra, Boyd, Korchmaros, & Oppenheim, 2012). Willard (2007) procurou definir mais especificamente o fenômeno em termos taxonômicos dos tipos de vias que o *cyberbullying* pode ocorrer.

Comparações entre o *bullying* face a face e o *cyberbullying* podem ser feitas de maneira a indicar que o *bullying* tradicional – ou o ocorrido no espaço real – é definido como um abuso sistemático entre pares, como um processo intencional e repetidos, caracterizados por comportamentos agressivos (intimidações, insultos, assédios, exclusões, discriminações) de maneira direta ou indireta (Kowalski, Schroeder, Giumetti, & Lattanner, 2014). Os estudos a respeito desse fenômeno se tornaram evidentes a partir da década de 1970, e efeitos deletérios sobre a qualidade de vida dos envolvidos foram identificados, tornando o problema também preocupação para a saúde pública (Olweus, 2013).

Comparando o *bullying* com o *cyberbullying*, há semelhanças que os dois fenômenos compartilham entre si: são constituídos de ações de agressividade, entre indivíduos ou pares com desequilíbrio de poder entre si (nas relações sociais, características físicas ou psicológicas e relacionais) e o padrão de comportamentos apresentados se tornam repetitivos (Hunter, Boyle, & Warden, 2007; Kowalski, Limber, & Agatston, 2012; Olweus, 1993, 2013; Smith *et al.*, 2012). A revisão da literatura de Kowalski, Schroeder, Giumetti, & Lattanner (2014) discutiu até que ponto a lógica do *bullying* se estende para o *cyberbullying* e apontou suas diferenças. Por exemplo, se um indivíduo é mais experiente em nível tecnológico do que outro, pode ser gerado então um desequilíbrio de poder. Além disso, a sensação de anonimato do agressor gera sentimento de impotência na vítima (Dooley,

Pyzalski & Cross, 2009; Vandebosch, & van Cleemput, 2008 *apud* Kowalski, Schroeder, Giumetti, & Lattanner, 2014).

Em episódios de *cyberbullying*, o fenômeno da desindividualização (estudada por Diener (1980) e Postmes e Spears, 1998 *apud* Kowalski, Schroeder, Giumetti, & Lattanner, 2014) – quando indivíduos se comportam de certo modo apenas por estarem anônimos – também é presente no *cyberbullying*, aumentando o número de agressores em potencial, comparando-o com o *bullying* tradicional, e a extensão de sua ocorrência – afinal, haveria certas características que não preocupavam os agressores (como respostas físicas de uma vítima de maior porte). Também, por não haver vias diretas de descobrir se a vítima está sendo prejudicada com tais ataques, torna-se mais difícil o agressor sentir remorso de suas atitudes (Kowalski, Schroeder, Giumetti, & Lattanner, 2014).

Enquanto no modo tradicional o agressor tem acesso à vítima, principalmente na escola (Kowalski, Schroeder, Giumetti, & Lattanner, 2014), os ciberagressores podem realizar seus atos sem limites de tempo e espaço, com uma audiência em potencial muito maior. Outra diferença é que as cibervítimas respondem em uma latência maior após serem atacadas, pois é comum que elas descubram que foram vítimas tempos depois da ação do agressor na internet. Com isso, o agressor cibernético não é reforçado diretamente pela agressão em si, mas sim por prováveis motivações intrapessoais. Isso difere do *bullying* tradicional, visto que, nesse caso, o agressor é reforçado pela reação imediata do agredido e a audiência espectadora no momento do ataque (Kowalski, Schroeder, Giumetti, & Lattanner, 2014).

As consequências dos episódios de *cyberbullying* podem transparecer de maneiras distintas, para as vítimas, pois este pode ser um grande fator para o desenvolvimento de muitas consequências negativas para a saúde psicológica e para a qualidade de vida. Um estudo de levantamento correlacional, realizado por Redondo, Luzardo-Briceño, Garcia-Lizarazo e Inglés (2017), identificou que há impactos psicológicos diferentes para cibervítimas e ciberagressores em universitários da Colômbia. Escores maiores de hostilidade, obsessão e compulsão, depressão e ideação suicida, além de comportamentos agressivos e antissociais, foram relacionadas com a vitimização. No caso dos agressores, foram associados a maiores escores em indicadores de mal-estar geral, sensibilidade interpessoal, depressão, hostilidade, ansiedade, paranoia e sintomas psicóticos.

Alguns estudos destacaram a associação de episódios de cibervitimização com sintomas clínicos, como o de Ybarra (2004), conduzido com estudantes do ensino primário e

secundário, os quais apresentaram mais sintomas depressivos e de ansiedade do que os que nunca foram vitimados. O aumento na probabilidade de ocorrência de comportamentos de ideação e de experiências de tentativa de suicídio, tanto para autores como para vítimas de agressão, foram positivamente relacionados, sendo mais fortes para as vítimas. É possível constatar que esse problema é de grande preocupação epidemiológica, acarretando problemas psicológicos e até mesmo culminando em morte, em casos mais graves.

O estudo de Garaigordobil e Machimbarrena (2017) objetivou analisar as diferentes variáveis do ambiente familiar (estresse parental, competência parental e estilos parentais) em comparação entre estudantes vítimas severas ou praticantes (recorrentes ou ocasionalmente), tanto de *bullying* como de *cyberbullying*, no ano de 2016, com alunos do ensino primário no país basco. Essa pesquisa de levantamento chegou à conclusão de que elevado grau de estresse parental influencia a probabilidade dos filhos se envolverem tanto em vitimização como em engajamento de práticas agressivas. Especificamente sobre o *cyberbullying*, a competência parental e o uso de estilo parental balanceado não foram variáveis relevantes ao diferenciar as três categorias analisadas: vítimas severas (com regularidade), ocasionais ou os que nunca estiveram envolvidos (divisão também realizada com os agressores), mas houve associação positiva entre permissividade parental com a vitimização. No caso dos ciberagressores, a competência parental menor foi associada com maior risco de agressividade, e o estresse parental e o estilo parental utilizado não apresentaram diferenças entre os três grupos.

Estudos anteriores citados no artigo de Garaigordobil e Machimbarrena (2017) apontam alguns fatores de risco associados ao envolvimento em comportamentos agressivos de crianças com seus pais: estresse resultado dos papéis parentais, falta de afeição, de dedicação e baixa supervisão positiva, regras e limites pouco definidos, além dos estilos parentais coercitivos. Já os fatores protetivos identificados para esse grupo foram afeição positiva, comunicação e envolvimento saudável na vida das crianças, além de estilos parentais coesos entre os cônjuges e regras bem estabelecidas para o filho. A vitimização foi relacionada a estilos autoritários, negligência e permissividade, além de comunicação ofensiva por parte das mães e conflitos familiares constantes. Os fatores protetivos para a

vitimização foram os estilos parentais compreensivos, democráticos e afetuosos, que estimulam comportamentos de independência saudável.

Considerando o contexto atual marcado pela ascensão e popularização de novas tecnologias, cada vez mais o mundo virtual se aproxima do espaço real. O espaço cibernético permite novas formas de convivência e de interações sociais, acesso a diferentes serviços – ensino a distância, comércio, notícia de acontecimentos do mundo todo e as redes sociais. Os dispositivos móveis, atualmente, são os meios mais utilizados para o acesso à internet no Brasil (IBGE, 2014). Nesse espaço fisicamente intangível, ocorre a circulação de dados gerados pelas Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC) e estão indissociáveis às atividades cotidianas de boa parte da população mundial (Bozza & Vinha, 2017). Se por um lado há muitas possibilidades de utilizar esse veículo – desde se comunicar com quaisquer indivíduos em todo o globo até formar opiniões e edificar conhecimentos –, por outro, a sensação do anonimato e o ligeiro alastramento de conteúdos entre muitos sujeitos tornam o ambiente digital um grande fator de risco, no qual podem ocorrer tipos específicos de violência (Bozza & Vinha, 2017).

Considerando os dados de Garaigordobil e Arrili (2013), indicando que a estudantes do último ciclo do ensino primário (pré-adolescentes) são mais suscetíveis a se envolverem em eventos de *cyberbullying*, e tendo em vista os resultados do estudo de Redondo *et al.* (2017), o qual aponta diferentes tipos de prejuízos clínicos, psicológicos e de qualidade de vida, seja para vítimas, seja para praticantes, identificar fatores de risco e protetivos para o envolvimento nesse tipo de violência, especialmente aqueles circunscritos nas relações parentais, pode contribuir para a prevenção desse fenômeno, visto que estudos têm indicado que problemas relacionados ao *bullying* emergem das camadas primárias de socialização e podem acarretar em problemas comportamentais que se estendem para a vida adulta (Oliveira, Silva, Sampaio, & Silva, 2017).

Assim, a presente pesquisa tem como objetivo identificar a correlação entre as práticas de disciplina utilizadas pelos pais para educar os filhos e o conhecimento deles a respeito das mídias sociais com vitimização/prática de *cyberbullying* contra adolescentes.

Pode-se pressupor, com base nos achados Garaigordobil e Machimbarrena (2017), que haja correlação entre as práticas de disciplina utilizadas pelos pais e vitimização/autoria

de *cyberbullying*, e que o grau de instrução do responsável a respeito das tecnologias de mídias sociais pode ser um fator de risco ou proteção para a vitimização/autoria de *cyberbullying*.

Método

A presente pesquisa se caracteriza como transversal correlacional-causal (Sampieri, Collado, & Lucio, 2013) e foi conduzida em 2018 com uma amostra de conveniência de estudantes de ensino fundamental e ensino médio, e pelo menos um(a) responsável.

Participantes

Ao todo foram coletados dados de 27 participantes (14 estudantes e 13 responsáveis), no entanto, seis participantes foram excluídos da amostra por não ser possível identificar a relação estudante-responsável. Desse modo, a amostra final foi composta por 22 participantes (11 estudantes e 11 pais/mães).

Todos os estudantes se identificaram como brancos, sendo sete do gênero masculino e quatro do gênero feminino. A idade variou de 10 a 17 anos ($M=13,3$; $DP= 2,04$). Os estudantes eram provenientes de diferentes instituições de ensino, sendo sete de escolas públicas e quatro de escolas particulares. Dois respondentes estavam no quinto ano; dois no sétimo; um no oitavo; e dois no nono ano do ensino fundamental. Três participantes eram estudantes do primeiro ano e um do terceiro ano do ensino médio.

Todos os responsáveis eram pais biológicos dos estudantes (9 eram mães e 2 eram pais). A maioria se autodeclarou como branco ($n=10$) e relatou que estava casado(a) no momento da coleta de dados ($n=9$). A média de idade dos responsáveis variou de 33 a 57 anos ($M=41,45$, $DP= 7,20$). A maioria dos pais tinha alta escolaridade (quatro participantes com o ensino superior completo e três com pós-graduação), um participante com ensino médio completo, um participante com o ensino fundamental completo e um participante com ensino fundamental incompleto. Quanto à escolaridade do parceiro, quatro tinham completado o ensino superior e dois tinham pós-graduação. Quanto ao grau de ensino médio completo, médio incompleto, fundamental completo e fundamental incompleto obtiveram o mesmo resultado de 9,1% dos parceiros dos pais respondentes. A respeito da

renda familiar, quatro participantes afirmaram receber mais de sete salários mínimos, dois participantes entre quatro e seis salários mínimos e os demais de um a três salários mínimos. Sobre a quantidade de filhos residentes na casa, 54,55% apontaram haver apenas um filho, enquanto 45,45% informaram ter dois filhos.

Instrumentos

Como o intuito desta pesquisa foi realizar um estudo não experimental por levantamento de dados, os seguintes instrumentos foram utilizados:

Inventário de Dimensões e Disciplina (DDI), versão dos pais (forma P) e dos filhos (forma C) (Strauss & Fauchier, 2007). O DDI é composto de cinco partes: Parte A - informações demográficas dos pais; Parte B - Informações demográficas da criança e do comportamento problema; Parte C - Comportamentos de disciplina utilizados com uma criança específica; Parte D - Modo de implementação/contexto da disciplina; e Parte E - Avaliação cognitiva (aprovação/desaprovação) de cada comportamento disciplinar. Na presente pesquisa, foram usadas apenas as questões relativas aos comportamentos de disciplina utilizados pelos pais (parte C). Nessa parte do instrumento, há a descrição de 26 comportamentos de disciplina comumente utilizados pelos pais. Na versão dos filhos, eles devem indicar a frequência da utilização de cada uma pela mãe e pelo pai. Já na versão dos pais, eles deveriam indicar a frequência que eles utilizavam esses comportamentos com os filhos. As categorias de respostas eram: N=nunca; 0=não neste ano, mas no ano anterior; 1=1-2 vezes no ano; 2=2-5 vezes no ano; 3=6-9 vezes no ano; 4=mensalmente (10-14 vezes no ano); 5=algumas vezes no mês (2-3 vezes no mês); 6=semanalmente (1-2 vezes por semana); 7=várias vezes na semana (3-4 vezes); 8=diariamente (5 ou mais vezes na semana); 9=duas ou mais vezes no dia.

Os comportamentos de disciplina são, posteriormente, analisados em escalas de métodos de disciplina subdivididas em punitivas (punição física, agressão psicológica, retirada de privilégios e tarefas como punição) e indutivas/não punitivas (monitorar, explicar/ensinar, recompensar, ignorar comportamento inadequado e distração).

Escala de Instrução de Tecnologias de Mídias Sociais (IMTS): elaborada pelos pesquisadores para a presente pesquisa. O instrumento consiste em questões fechadas que

buscam identificar o conhecimento dos pais a respeito das mídias sociais existentes e populares no Brasil, considerando tanto aspectos de topografia comportamental do seu manuseio quanto os recursos disponíveis e os seus fins.

Escala de Cyberbullying (Escala de Ciberagresiones): adaptada pelos autores para o português, após a autorização dos autores (Redondo *et al.*, 2017). É composta por 10 itens, sendo que cada um avalia diferentes comportamentos relacionados à agressão (violação da privacidade, assédio moral, perseguição, roubo de identidade, exclusão social e injúria) nos últimos 12 meses. A escala das respostas varia de 1 a 5: 1 – nunca; 2 – poucas vezes (entre 1 e 2 vezes); 3 – algumas vezes (entre 3 e 5 vezes); 4 – bastante vezes (entre 6 e 10 vezes); e 5 – muitas vezes (mais de 10 vezes).

Escala de Vitimização por meio dos dispositivos móveis e internet (Escala de victimización a través del teléfono celular y de internet): adaptada pelos autores para o português após a autorização dos autores (Redondo *et al.*, 2017). Esse instrumento busca avaliar as experiências de assédio ocorridos nos últimos 12 meses. O respondente deve selecionar a frequência em uma escala likert de 4 pontos (1 – nunca a 4 – sempre), avaliando comportamentos resultantes de episódios de violação da privacidade, assédio moral, perseguição, roubo de identidade, exclusão social e injúria.

Aspectos éticos

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Pesquisa com Seres Humanos da UFSCar (CAAE 96948618.7.0000.5504). Os participantes só integraram o estudo depois de os responsáveis assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para a sua participação e a de seus filhos. Os estudantes deveriam ler e assinar o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (Tale), no qual era explicitado o objetivo da pesquisa, o tipo de dado que seria coletado e a forma de participação. Além disso, foi assegurado a eles o sigilo das informações obtidas, a forma de divulgação dos dados e a possibilidade de desistência do participante a qualquer momento da coleta, sem qualquer tipo de prejuízo ao responsável ou a seus filhos.

Procedimentos

Após a condução dos procedimentos éticos, os autores entraram em contato com uma instituição de ensino fundamental do ciclo 1 e 2 de uma cidade de médio porte do interior do estado de São Paulo para apresentar o projeto de pesquisa e solicitar autorização para recrutamento dos participantes. A ideia original era participar de uma reunião de pais para apresentar a pesquisa e recrutar potenciais participantes. Contudo, devido ao calendário acadêmico e ao cronograma de atividades extracurriculares, não foi possível realizar a coleta de dados na instituição. Assim, optou-se por um recrutamento de conveniência a partir de convites encaminhados a responsáveis de estudantes, do ensino fundamental e médio, por profissionais da área da educação e pelos pesquisadores.

No convite estava descrito o objetivo da pesquisa, a forma de participação do responsável e do estudante. Caso o responsável concordasse em participar (o que implicava a participação do/a filho/a), eram encaminhados os TCLEs (responsáveis e filhos/as), para que fosse lido e assinado. Após o retorno dos termos assinados, era enviado ao responsável, por e-mail ou por aplicativo de mídia social, um link de acesso a um formulário google forms, no qual estavam disponibilizados os instrumentos (DDI versão pais e a Escala de Instrução de Tecnologias de Mídias Sociais - IMTS).

Depois da autorização dos responsáveis para participação do filho/a, os pesquisadores entravam em contato com e enviava o Tale. Depois do aceite, era enviado um link de acesso a um formulário google forms, no qual estavam disponibilizados os instrumentos (DDI versão filhos, a Escala de Cyberbullying e a Escala de Vitimização por meio dos dispositivos móveis e internet) a serem respondidos.

Análise de dados

Os dados obtidos foram analisados utilizando o programa estatístico SPSS versão 22.0. Foram realizadas análises estatísticas descritivas das variáveis (medidas de tendência central e dispersão) e inferenciais (coeficiente de correlação de postos de Spearman).

Resultados

Na Tabela 1, pode-se encontrar os dados relativos à frequência de comportamentos de disciplina utilizados pelos pais na educação dos filhos, tanto na perspectiva dos pais quanto na dos filhos. Cumpre destacar que quatro dos pais participantes apontaram exercer mais responsabilidade na disciplina dos filhos, em comparação ao genitor da criança, enquanto os demais afirmam que a responsabilidade é distribuída equitativamente com o cônjuge.

Com base nos dados da Tabela 1, pode-se verificar que tanto os responsáveis quanto os estudantes relataram uma frequência maior de práticas de disciplina indutiva, em comparação com as punitivas. Ademais, nota-se uma diferença de avaliação das práticas entre responsáveis e estudantes em relação às práticas de disciplina punitivas – com os responsáveis, em média, relatando que utilizavam com mais frequência comportamentos relacionados à agressão psicológica (gritar, berrar com a criança; fazer com que a criança se sinta envergonhada ou culpada; agir de maneira fria, sem abraçar ou beijar a criança; ou dizer que a criança é preguiçosa, desleixada); e os estudantes a retirada de privilégios (retirar mesada, brinquedos ou outros privilégios por causa do comportamento; mandar para a cama sem uma refeição; reter a mesada, os brinquedos ou outros privilégios até que fizesse algo que os pais gostariam que os filhos fizessem; impedir ou restringir as atividades fora de casa)

Tabela 1. Dados sobre práticas parentais punitivas e não punitivas

	Pais/mães			Crianças/adolescentes			
	Varição	M	DP	Varição	M	DP	
PUNITIVAS	Agressão psicológica	1 - 5,75	3,04	1,74	0,5 - 5,5	2,52	1,74
	Tarefas como punição	1 - 5,33	2,81	1,55	0,67 - 5,67	3,18	1,72
	Retirada de privilégios	1 - 5,5	2,52	1,24	0,5 - 7,25	3,45	2,3
	Punição corporal	1 - 3	1,77	0,75	0 - 4	0,97	1,09
INDUTIVAS	Explicar	4,5 - 11	6,95	2,13	2,5 - 10	6,36	2,27
	Monitorar	2 - 9	5,22	2,65	1,5 - 10	5,45	2,9
	Recompensar	2,33 - 9	5,24	1,71	1,67 - 8	5,18	1,71
	Distração	1 - 7	3,77	2,18	0 - 8	3,18	2,18
	Ignorar comportamento inadequado	1 - 3	1,45	0,73	0 - 8	1,31	2,42

Legenda: Nota 1 - Nunca; 2 - Não no ano passado, mas no ano anterior; 3 - 1-2 vezes no ano passado; 4 - 3-5 vezes no ano passado; 5 - 6-9 vezes no ano passado; 6 - Mensalmente (10-14 vezes no ano passado); 7 - Poucas vezes no mês (2-3 vezes no mês); 8 - Semanalmente (1-2 vezes na semana); 9 - Várias vezes na semana (3-4 vezes); 10 - Diariamente (5 ou mais vezes na semana); 11 - Duas ou mais vezes por dia.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Em relação ao conhecimento dos responsáveis a respeito das tecnologias e mídias sociais, verificou-se que a maioria (63,6%) indicou um nível moderado de conhecimento sobre as mídias sociais, 27,3% alto e 9,1% pouca instrução. Quanto à utilização da tecnologia e mídias sociais, a Tabela 2 apresenta os dados referentes aos comportamentos relativos ao uso destas, tanto pelos responsáveis quanto pelos estudantes.

Tabela 2. Frequência de respostas a respeito de comportamentos relacionados ao uso de mídias sociais

		FILHO	PAIS
		%	%
Desconforto após utilizar internet	Nunca	18,2	72,7
	Raramente	54,5	-
	Às vezes	18,2	-
	Muitas vezes	9,1	27,3
	Total	100	100
		%	%
Tom predominante da conversa	Nenhum	18,2	72,7
	Hostil	18,2	-
	Animada	63,6	-
	Nenhuma das anteriores	-	27,3
	Total	100	100
		%	%
Frequência de conversações com os pais	Raramente	54,5	-
	Às vezes	36,4	36,4
	Muitas vezes	9,1	63,6
	Total	100	100
			%
Frequência de uso das mídias digitais – Filhos	Até uma hora por dia	9,1	18,2
	De duas a cinco horas por dia	72,7	54,5
	Mais de 5 horas por dia	18,2	18,2
	Em alguns dias da semana	-	9,1
	Total	100	100

Fonte: Elaborada pelos autores.

A maioria dos filhos relatou que raramente (54,5%) sentem desconforto após o uso da internet, raramente conversam com os pais a respeito do uso (54,5%) e, quando o fazem, consideram o tom predominante da conversa com os pais sobre o uso animada (63,6%). Para a maioria dos pais (63,6%), havia conversas sobre o uso da internet, sendo que 72,3% avaliavam que o tom predominante de suas conversas com os filhos eram animadas.

Sobre a questão da frequência com que o estudante apresenta desconforto após utilizar a internet, 72,7% dos pais apontaram que isso nunca ocorreu. Todavia, 82,8% dos estudantes responderam que, com alguma frequência, apresentou desconforto após utilizar a internet, incluindo comportamentos de isolamento social e choro.

Outro dado importante a ser mencionado é a frequência do uso da internet: 18,2% e 9,1% dos pais manuseiam a internet e as mídias sociais até uma hora ou algumas vezes por dia, respectivamente, enquanto nenhuma resposta a essas alternativas foi assinalada pela

amostra do grupo de filhos. Mais de 80% dos filhos utilizam a internet e as mídias sociais para além de 2 horas diárias; em contrapartida, isso ocorre para 72,2% dos pais. Considerando o conhecimento de mídias, verificou-se que a maioria dos participantes (63,6%) relatou ter conhecimento moderado, 27,3% alto e 9,1% pouca instrução.

A Tabela 3 apresenta os dados dos estudantes relacionados à frequência de vitimização em celulares e internet.

Tabela 3. Frequência de vitimização por *cyberbullying* na perspectiva dos estudantes

	Nunca %	Algumas vezes %	Muitas vezes %
Constrangimento			
1. Já fui insultado ou ridicularizado com mensagens ou chamadas.	54,5	36,4	9,1
8. Já me enviaram conteúdos, imagens ou fizeram coisas que me incomodariam.	36,4	54,5	9,1
Perseguição			
2. Já fui forçado, com ameaças, a fazer coisas que não queria (trazer dinheiro, fazer lição de casa).	100	-	-
7. Já fui ameaçado apenas para me deixar com medo.	90,9	9,1	-
Difamação			
4. Já contaram mentiras ou rumores sobre mim.	81,8	9,1	9,1
Violação de intimidade			
5. Já compartilharam meus segredos com os outros.	63,6	27,3	9,1
6. Já passaram e/ou editaram fotos ou vídeos da minha família sem a minha permissão.	81,8	18,2	-
9. Já entraram no meu Facebook ou em minhas contas particulares sem que eu pudesse fazer nada.	72,7	27,3	-
Exclusão social			
3. Já me ligaram ou disseram para me conectar à internet ou ligar para eles, e eles não responderam telefone, Messenger, chat, fóruns.	90,9	9,1	-
Falsidade ideológica			
10. Já se passaram por mim para dizer ou fazer coisas ruins pelo celular ou Internet.	81,8	9,1	9,1

Fonte: Elaborada pelos autores.

A maioria dos participantes (n=8; 72,7%) relatou que nunca sofreu *cyberbullying*. Entre as categorias de *cyberbullying* indicadas pelos participantes, grande parte relatou sofrer constrangimento (envio de fotos/vídeos e insultada/ridicularizada), seguido de

violação de intimidade (compartilhar segredo; editar fotos/vídeos sem consentimento e entrar em contas particulares sem permissão).

Buscando identificar a correlação entre as práticas de disciplina utilizadas pelos pais para educar os filhos e a vitimização/prática de *cyberbullying* contra adolescentes, foi conduzida a análise de correlação entre as subescalas de práticas de disciplina punitivas (punição física, agressão psicológica, retirada de privilégios e tarefas como punição) e indutivas (monitorar, explicar/ensinar, recompensar, ignorar comportamento inadequado e distração) versão pais e versão filhos, com autoria e vitimização por *cyberbullying*.

Em relação à correlação entre o estudante ser vítima de *cyberbullying* e práticas de disciplina, não foram verificadas correlações significativas entre ser vítima de *cyberbullying* e as práticas de disciplina indutivas, tanto na versão dos pais quanto na dos filhos. Já as práticas punitivas apresentaram correlações positivas, fortes e estatisticamente significativas entre ser vítima de *cyberbullying* e agressão psicológica ($r = 0,830$, $n=11$, $p<0,05$), a partir do relato dos pais; e punição corporal ($r=0,616$, $n=11$, $p<0,05$), ignorar o comportamento inadequado ($r = 0,677$, $n=11$, $p<0,05$) e agressão psicológica ($r=0,633$, $n=11$, $p<0,05$), no relato dos estudantes.

Quanto à autoria de *cyberbullying*, não foram verificadas correlações significativas com as práticas de disciplina indutivas, tanto na versão dos pais quanto na dos filhos. Contudo, houve correlações positivas, fortes e estatisticamente significativa entre ser autor de *cyberbullying* e agressão psicológica ($r = 0,758$, $n=11$, $p<0,05$), punição corporal ($r = 0,701$, $n=11$, $p<0,05$) e ignorar comportamento inadequado ($r = 0,609$, $n=11$, $p<0,05$), no relato dos pais; e punição corporal ($r=0,733$, $n=11$, $p<0,01$) e ignorar o comportamento inadequado ($r = 0,768$, $n=11$, $p<0,05$), na versão dos estudantes.

Ao correlacionar a frequência com que os estudantes relataram expor abertamente o uso na internet com a vitimização por *cyberbullying*, verificou-se uma correlação negativa, forte e significativa ($r = -0,701$, $n=11$, $p<0,01$) entre as variáveis, indicando que quanto mais os filhos conversavam abertamente com os pais a respeito do tempo que eles utilizaram a internet, menor a chance de serem vítimas de *cyberbullying*.

Discussão

Considerando o objetivo de identificar a correlação entre as práticas de disciplina utilizadas pelos pais para educar os filhos e o conhecimento destes a respeito das mídias sociais com vitimização/prática de *cyberbullying*, os resultados obtidos indicam uma relação significativa entre práticas punitivas utilizadas pelos pais na educação dos filhos e autoria de violência e vitimização, corroborando estudos prévios da área (Garaigordobil & Machimbarrena, 2017; Kowalski, Schroeder, Giumetti, & Lattanner; Machimbarrena, González-Cabrera, & Garaigordobil, 2019).

Segundo Zottis, Salum, Isolan, Manfro, & Heldt (2013), práticas parentais punitivas e associadas a um estilo parental autoritário estão correlacionadas a uma maior propensão dos filhos se empenhar em comportamentos agressivos, em especial à prática do *bullying*, por fornecer a eles um modelo de comportamento agressivo para a resolução de problemas. Ademais, comportamentos relacionados às práticas de agressão psicológica (gritar, berrar com a criança; fazer com que a criança se sinta envergonhada ou culpada; agir de maneira fria, sem abraçar ou beijar a criança; ou dizer que a criança é preguiçosa, desleixada) e punição corporal (sacudir a criança para obter atenção, dar um tapa, um soco, bater com um objeto ou lavar a boca com sabão ou colocar pimenta na boca da criança), podem estar associados à dificuldade dos pais em lidar adequadamente com os comportamentos dos filhos. Além disso, Machimbarrena *et al.* (2019) identificaram algumas variáveis familiares relacionadas a ser vítima ou autor de *cyberbullying*. Em relação às vítimas, os autores indicaram estilo parental autoritário ou negligente, conflitos familiares, pouco apoio parental, pais e mães distantes e vínculos emocionais negativos, os quais podem estar associados a abuso emocional/violência psicológica. Já para os autores, estilo parental permissivo ou negligente e conflitos familiares.

Quanto aos sintomas, S. M. B. Bottino, C. M. C. Bottino, Regina, Correia, & Ribeiro (2015), em uma revisão sistemática da literatura, identificaram que as vítimas tinham mais problemas emocionais, psicossomáticos, dificuldades sociais, e não se sentiam seguros e cuidados na escola. Ademais, o *cyberbullying* estava associado à sintomatologia depressiva moderada e grave, uso de substâncias, ideação e tentativas de suicídio. O estudo de Redondo *et al.* (2017) identificou que tais sintomas estão correlacionados a ambos os papéis. Embora no estudo atual não tenham sido investigados sintomas psicológicos dos

participantes, pode-se notar uma correlação significativa e positiva entre práticas punitivas utilizadas pelos pais para disciplinar seus filhos e os papéis de autor e vítima de *cyberbullying*. Assim, sugere-se que pesquisas futuras na área avaliem também os sintomas psicológicos dos estudantes, uma vez que Kowalski, Schroeder, Giumetti, & Lattanner (2014) e Wendt e Lisboa (2013) apontam que tais sintomas podem ser interpretados tanto como fatores de risco para o envolvimento com estes episódios quanto como uma consequência destes, destacando também efeitos deletérios para a qualidade e desempenho dos estudantes em contexto acadêmico.

Os resultados da presente pesquisa indicam que a conversa aberta dos filhos com os pais a respeito do conteúdo que acessam e as atividades que realizam na internet está associada a menores chances de se tornarem vítimas de episódios de *cyberbullying*. Portanto, a qualidade da comunicação pais-filhos pode ser interpretada como um fator protetivo, como observado em outros estudos revisados por Wendt e Lisboa (2014), os quais recomendam a imposição de regras quanto ao uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) pelos pais, somadas a conversas frequentes sobre o uso da internet em casa, na escola e em telefones celulares, entre outros. Além disso, segundo os autores, caberia aos pais fornecer informações precisas sobre como os filhos devem agir diante de uma possível vitimização em ambiente virtual, o que nos leva a considerar a percepção dos pais quanto aos comportamentos dos filhos após o uso das TICs.

Os dados apresentados anteriormente apontam para uma discrepância no relato de pais e filhos quanto aos comportamentos emitidos pelos últimos após o uso das TICs. De acordo com os dados dos estudantes da presente pesquisa, 81,8% consideraram que apresentavam comportamentos relacionados ao desconforto após o uso da internet, como quietude, expressão facial triste, falta de apetite, choro e isolamento, com alguma frequência (raramente a muitas vezes). Em contrapartida, a maioria dos pais (72,7%) considerou que os filhos nunca apresentaram tais comportamentos, o que pode nos levar a inferir que teriam dificuldade de identificar uma possível agressão e/ou vitimização virtual, como identificado no estudo de Uludasdemir e Kucuk (2019) realizado com uma amostra de 1.129 estudantes (11-17 anos) e 776 pais na Turquia, no qual verificou-se que os pais desconheciam que os filhos eram autores ou vítimas de *cyberbullying*.

Esse tipo de observação se torna ainda mais importante quando se considera a frequência com que os filhos utilizam a internet durante o dia. Como demonstrado nesta pesquisa, mais de 80% da amostra de estudantes utiliza a internet por mais de 2 horas diariamente, enquanto 72,2% dos pais afirmaram isso. Portanto, há maiores oportunidades de se identificar padrões comportamentais que apresentam desconforto. Inclusive, a literatura prévia já apontou que a frequência do uso da internet está correlacionada positivamente com maiores chances de vitimização e agressão (Kowalski, Schroeder, Giumetti, & Lattanner (2014). De acordo com Bottino *et al.* (2015), o uso diário de três ou mais horas de internet, webcam, mensagens de texto, postar informações pessoais e assediado outros on-line estavam associados ao *cyberbullying*.

Cumprido destacar que identificar a autoria/vitimização não é o suficiente. Como já mencionado, é importante que os pais forneçam maior abertura para conversas francas com o filho sobre o uso da internet, não apenas para orientá-lo, como também agindo como um porto seguro para, escutando atentamente suas possíveis angústias com determinados conteúdos que vê. A comunicação e o relacionamento parental saudável, associados a um estilo parental balanceado, são apontados como fatores protetivos para os filhos (Garaigordobil & Machimbarrena, 2017, Kowalski, Schroeder, Giumetti, & Lattanner (2014).

Embora os dados da presente pesquisa possibilitem refletir sobre a relação entre as práticas de disciplina utilizadas pelos pais, conhecimentos das TICs e autoria/vitimização por *cyberbullying*, devem ser ressaltadas algumas limitações em relação à composição da amostra, instrumentos utilizados e método de coleta de informações.

Em relação ao método utilizado para recrutamento dos participantes, composto por uma amostra de conveniência a partir de convites devido a problemas relativos ao calendário acadêmico e autorização das instituições de ensino, considera-se que apresenta limitações relativas à generalização dos resultados obtidos e uma análise pormenorizada de variáveis intervenientes, por exemplo, políticas *antibullying* na instituição escolar, localização da escola, entre outras.

Somado a essa questão, os participantes relataram se sentir desconfortáveis em responder a todos os instrumentos, o que pode ter sido associado ao período da coleta de dados ter coincido com o período de provas para alguns participantes, ou mesmo pela

coleta ter ocorrido em uma única aplicação. Assim, sugere-se que futuras pesquisas com estudantes considerem essas questões previamente à coleta de dados.

Destaca-se a elaboração de um inventário que contribuiu de modo a fornecer medidas descritivas a respeito do comportamento do uso da internet e o nível de conhecimento, tanto dos pais quanto o de seus filhos, que pode inspirar futuras pesquisas que procurem elaborar e validar um instrumento sensível a essas variáveis. Além disso, o uso das escalas de *cyberbullying* e a de vitimização por dispositivos móveis e internet nos estudantes, neste estudo, pode fomentar estudos posteriores voltados para a validação desses instrumentos para a população brasileira.

Considerações finais

Atualmente, a responsabilidade dos papéis parentais extrapola a realidade física e se estende ao mundo virtual. As práticas disciplinares parentais influenciam a conduta de seus filhos, em curto e em longo prazo, no ambiente físico e no ambiente cibernético. Capacitar os pais a promover medidas disciplinares com autoridade e evitar práticas punitivas poderão diminuir a incidência de realização de comportamentos agressivos por parte dos filhos no ambiente da internet e, conseqüentemente, fomentar o aprendizado de comportamentos alternativos e socialmente aceitáveis para a resolução de conflitos e outros problemas.

Duas das três hipóteses adotadas pelos autores se confirmaram na pesquisa: a) que os estilos parentais autoritários/punitivos estariam correlacionados à ocorrência de episódios de vitimização e agressão em contexto cibernético; e b) que os estilos parentais positivos estariam associados à menor ocorrência de tais episódios. Todavia, a terceira hipótese, de que o grau de instrução parental e dos filhos a respeito das mídias sociais estaria de certa forma relacionado à maior ou menor probabilidade de ocorrência de episódios de *cyberbullying* não foram comprovadas. Porém, os autores reconhecem que a falta de validação do ITMS pode ter comprometido a investigação dessa terceira hipótese.

É importante que os responsáveis apresentem maior abertura para dialogar com os filhos sobre suas vivências na e fora da internet, reforçando sempre que estes expressam seus comportamentos em congruência verídica ao que de fato fizeram e o que ocorreu. Também, é adequado que os pais observem o comportamento dos filhos depois do uso do

computador, podendo ser uma estratégia de monitoramento não invasiva e importante para identificar possíveis episódios de vitimização ocorridos com os filhos. Pesquisas futuras podem investigar se a qualidade da comunicação e da relação dos pais com os filhos são fatores mais determinantes para proteção e não envolvimento em *cyberbullying*, em comparação ao nível de conhecimento dos pais sobre a dinâmica das mídias sociais e dos instrumentos de monitoramento do comportamento virtual.

Este estudo apresentou limitações, como o pequeno número de participantes em uma amostra obtida por critérios de conveniência, além do fato de que a maioria dos participantes se identificaram etnicamente como brancos, com significativa porcentagem da amostra dos pais com ensino superior, sendo a grande maioria dos pais casados. Mas, como principal contribuição, tem-se de apresentar uma proposta de pesquisa nesta área levantando as prováveis dificuldades que uma pesquisa com tal delineamento poderá apresentar. A correspondência cruzada entre as respostas dos pais com as de seus filhos poderá fornecer robustez na avaliação da relação parental e na identificação de incoerências perceptivas ou interpretativas sobre a realidade de cada papel. Também, é sugere-se que pesquisas futuras se empenhem em elaborar inventários sobre o conhecimento de mídias sociais e comportamentos a estas relacionados com parâmetros psicométricos, com o intuito de instrumentalizar análises mais precisas dessa variável com o envolvimento de fenômenos como o *cyberbullying*, visto que, no contexto vigente, tais habilidades não podem ser negligenciadas em diversos setores da sociedade, inclusive no núcleo familiar.

Referências

- Bottino, S. M. B., Bottino, C. M. C., Regina, C. G., Correia, A. V. L., & Ribeiro, W. S. (2015). Cyberbullying and Adolescent Mental Health: Systematic Review. *Cadernos de Saúde Pública*, 31(3), 463–475. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00036114>.
- Bozza, T. C. L., & Vinha, T. P. (2017). Quando a violência virtual nos atinge: os programas de educação para a superação do *cyberbullying* e outras agressões virtuais. *RIAAE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 12(3), 1919–1939.
- Carmo, P. H. B. do, Alvarenga, P. (2012). Práticas educativas coercitivas de mães de diferentes níveis socioeconômicos. *Estudos de Psicologia*, 17(2), 191–197.

- Cavalcante, R. B., Silva, J. de J., Martins, J. R. T., Silva, T. I. M., Passos, T. R., Esteves, C. J. da S. (2017). Inclusão digital e uso de tecnologias da informação: a saúde do adolescente em foco. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 22(4), 3–21.
- Garaigordobil, M., & Aliri, J. (2013). Cyberbullying in the Basque Country: Sex Differences in Victims, Perpetrators and Observers. *Behavioral Psychology*, 21, 461–474.
- Garaigordobil, M., & Machimbarrena, J. (2017). Stress, Competence, and Parental Educational Styles in Victims and Aggressors of Bullying and Cyberbullying. *Psicothema*, 29(3), 335–340.
- Hunter, S. C., Boyle, J. M. E., & Warden, D. (2007). Perceptions and Correlates of Peer-Victimization and Bullying. *British Journal of Educational Psychology*, 77, 797–810. DOI: 10.1348/000709906X171046.
- Kiriakidis, S. P., & Kavoura, A. (2010). A Review of the Literature on Harassment through the Internet and Other Electronic Means. *Family and Community Health*, 33(2), 82–93. DOI: <https://doi.org/10.1097/FCH.0b013e3181d593e4>.
- Kowalski, R., Limber, S., & Agatston, P. W. (2012). *Cyberbullying: Bullying in the digital age*. Malden, MA: Wiley-Blackwell.
- Kowalski, R., Giumetti, G.W., Schroeder, A., & Lattanner, M. R. (2014). Bullying in the Digital Age: A Critical Review and Meta-Analysis of Cyberbullying Research Among Youth. *Psychological bulletin*, 140(4). DOI 10.1037/a0035618.
- Mallmann, C. L., Lisboa, C. M., & Calza, T. Z. (2018). *Cyberbullying* e estratégias de *coping* em adolescentes do sul do Brasil. *Acta colombiana de Psicología*, 21(1), 13–22. DOI: <http://www.dx.doi.org/10.14718/ACP.2018.21.1>.
- Machimbarrena, J., González-Cabrera, J., & Garaigordobil, M. (2019). Variables familiares relacionadas con el bullying y el cyberbullying: una revisión sistemática. *Pensamiento Psicológico*, 17(2), 37–56. DOI: <https://doi.org/10.11144/doi:10.11144/Javerianacali.PPSI17-2.vfrb>.
- Oliveira, W. A. de, Silva, J. L. de, Sampaio, J. M. C., & Silva, M. A. I. (2017). Saúde do escolar: uma revisão integrativa sobre família e *bullying*. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(5), 1553–1564.
- Olweus, D. (1993). *Bullying at school: What We Know and what We Can Do*. New York, NY: Blackwell.
- Olweus, D. (2013). School Bullying: Development and Some Important Challenges. *Annual Review of Clinical Psychology*, 9, 751–780. DOI: 10.1146/annurev-clinpsy-050212-185516.

- Redondo, J., Luzardo-Briceño, M., García-Lizarazo, K. L. E., & Inglés, C. J. (2017). Impacto psicológico del cyberbullying en estudiantes universitarios: un estudio exploratorio. *Revista Colombiana de Ciencias Sociales*, 8(2), 458–478. DOI: <http://dx.doi.org/10.21501/22161201.2061>.
- Smith, P. K., Del Barrio, C., & Tokunaga, R. (2012). Definitions of Bullying and Cyberbullying: How Useful Are the Terms?. In S. Bauman, D. Cross & J. Walker (Eds.). *Principles of Cyberbullying Research: Definition, Measures, and Methods* (pp. 29–40). Philadelphia, PA: Routledge.
- Straus, M., & Fauchier, A. (2007). Manual for the Dimensions of Discipline Inventory (DDI). *Journal of Psychopathology and Behavioral*. DOI 10.1037/t37478-000.
- Uludasdemir, D., & Kucuk, S. (2019). Cyber Bullying Experiences of Adolescents and Parental Awareness: Turkish Example. *Journal of Pediatric Nursing*, 44, 84–90. DOI <https://doi.org/10.1016/j.pedn.2018.11.006>.
- Washington, E. T. (2015). *An Overview of Cyberbullying in Higher Education*. *Adult Learning*, 26(1), 21–27. DOI: <https://doi.org/10.1177/1045159514558412>.
- Wendt, G. W., & Lisboa, C. S. de M. (2013). Agressão entre pares no espaço virtual: definições, impactos e desafios do cyberbullying. *Psicol. Clín*, 73–87.
- Wendt, G. W., & Lisboa, C. S. de M. (2014). Compreendendo o fenômeno do *cyberbullying*. *Temas em Psicologia*, 22(1), 39–54. DOI <https://doi.org/10.9788/TP2014.1-04>.
- Willard, N. E. (2007). *Cyberbullying and Cyberthreats: Responding to the Challenge of Online Social Aggression, Threats, and Distress*. Champaign: Research.
- Ybarra, M. L. (2004). Linkages between Depressive Symptomatology and Internet Harassment among Young Regular Internet Users. *Cyber Psychology & Behavior*, 7(2), 247–257. DOI: <https://doi.org/10.1089/109493104323024500>.
- Ybarra, M. L., Boyd, D., Korchmaros, J. D., & Oppenheim, J. (2012). Defining and Measuring Cyberbullying within the Larger Context of Bullying Victimization. *Journal of Adolescent Health*, 51, 53–58. DOI: 10.1016/j.jadohealth.2011.12.031.
- Zottis, G. A. H., Salum, G. A., Isolan, L. R., Manfro, G. G., & Heldt, E. (2014). Associations between Child Disciplinary Practices and Bullying Behavior in Adolescents. *Jornal de Pediatria*, 90(4), 408–414. DOI <https://dx.doi.org/10.1016/j.jpmed.2013.12.009>.

Recebido em: 28/6/2019

Aprovado em: 27/10/2020